



GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

ISSN 2177-3688

**REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ACESSO À EDUCAÇÃO,
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

***THE IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON ACCESS TO EDUCATION, INFORMATION AND
KNOWLEDGE***

**Patrícia dos Santos Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro / IBICT
Luciane de Fátima Beckman Cavalcante – Departamento de Biblioteconomia UFRJ e PPGCI-
IBICT/UFRJ**

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Apresenta o impacto da pandemia no que tange ao acesso à educação, informação e conhecimento dos sujeitos que vivem em situação de desigualdade, na medida em que estes instrumentos contribuem para emancipação social. Parte da hipótese de que esses sujeitos se encontram em situação de vulnerabilidade social e que, com a pandemia, foram diretamente impactados em diversos setores, dentre eles, o acesso e a permanência na educação formal. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório com dimensão crítica. Apresenta a concepção de educação como um processo contínuo e diário que ocorre ao longo da vida do ser social. Expõe a educação formal, em especial o acesso ao ensino superior, como instrumento que possibilita o desenvolvimento crítico e a emancipação social dos grupos oprimidos socialmente. Os dados apontam para um reflexo da pandemia na educação formal e sugerem que o uso dos recursos tecnológicos como ferramentas de ensino possivelmente ampliou a desigualdade no acesso e permanência no ensino, visto que muitos estudantes não possuíam acesso às ferramentas tecnológicas necessárias que possibilitassem o desenvolvimento dos estudos. Por fim, compreendendo que a educação formal possibilita o acesso a informação e conhecimento e que a pandemia torna a classe popular ainda mais vulnerável, refletir sobre os impactos deixados pela pandemia na educação torna-se uma contribuição relevante para a Ciência da Informação.

Palavras-chave: pandemia; educação; informação e conhecimento; desigualdade social.

Abstract: This article aims to present the impact of the pandemic in terms of access to education, information, and knowledge, understanding these means as instruments of social emancipation. It starts from the hypothesis that these subjects are in a situation of social vulnerability and that the pandemic has had impacts on several sectors, however it is in formal education that these impacts are possibly more serious, since the educational process is understood as an instrument that enables access, use, and appropriation of information. This is a bibliographical research, exploratory in nature with a critical dimension. It presents the conception of education as a continuous and daily process that occurs throughout the life of the social being. It exposes formal education as an instrument that enables the critical development and social emancipation of socially oppressed groups. The data point to the impact of the pandemic on formal education and that the use of technological resources as teaching tools possibly increased inequality in access to and permanence in education. Finally, understanding that information and knowledge are instruments of power and that the pandemic

makes the lower classes even more vulnerable, to reflect on ways to reverse the impacts left by the pandemic on education becomes a relevant contribution to Science Information.

Keywords: pandemic; education; information and knowledge; social inequality.

1 INTRODUÇÃO

A educação formal e o acesso à informação e ao conhecimento podem ser compreendidos como instrumentos que contribuem para a emancipação social dos sujeitos oriundos das classes populares. Nesse sentido, o Governo Federal, ao longo das duas últimas décadas, tem tentado minimizar a desigualdade de acesso ao ensino superior mediante a implementação de políticas compensatórias, tais como as políticas de ações afirmativas, e de acordos internacionais firmados¹.

No entanto, a pandemia ocasionada pelo vírus causador da covid-19 apresentou-se como um desafio, principalmente para que pessoas em situação de vulnerabilidade dessem seguimento ao processo de ensino e aprendizagem, visto que esse grupo foi um dos mais afetados em diferentes setores e contextos econômicos da sociedade, tais como: trabalho, educação, moradia e acesso à informação e conhecimento. Neste sentido, segundo a pesquisadora Emanuelle Góes, em entrevista concedida para uma reportagem da *BBC News Brasil*, a pandemia “evidenciou o que vários estudos já mostravam em relação ao maior prejuízo da população pobre e negra ao acesso da saúde e encontrou um terreno favorável Emanuelle Góes porque essas pessoas estão em um cenário de desigualdade de saúde e de precarização da vida” (GÓES, 2020)².

Para reforçar tal argumento, o informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (2019), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que as classes populares são compostas por uma maioria negra, sendo que pretos e pardos

¹ No início dos anos 2000, ganhou espaço e debate a implementação de políticas de ações afirmativas, que vinham sendo adotadas por algumas universidades públicas de forma isolada. A prática foi regulamentada em 2012 através da lei nº 12.711/2012, onde foi estabelecida reserva de vagas para negros, pardos e indígenas, além de vagas destinadas a sujeitos que possuem a renda familiar de até 3 salários-mínimos. Também no início dos anos 2000, o Governo Federal assinou acordo com a Organização das Nações Unidas comprometendo-se a atender as “metas do milênio”, onde a ampliação do acesso à educação superior era uma das metas a serem atingidas.

² Entrevista concedida a Juliana Gragnani da *BBC News Brasil* em Londres em 12 de junho de 2020, intitulada: Por que o Coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>

ganham financeiramente menos que os brancos no país, reflexo de uma sociedade enraizada na desigualdade desde os tempos da colonização e escravidão.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que educação, saúde e cultura são direitos sociais essenciais para todo cidadão. Entende ainda que é competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios proporcionar os meios de acesso, dentre outros, a esses direitos. No art. 205, afirma que a educação é um “dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Por essa perspectiva, a desigualdade social que assola o Brasil faz com direitos básicos, que deveriam ser garantidos pela constituição do país, não sejam assegurados. Dados do IBGE (2019) mostram que a maioria da população brasileira é negra e parda, e que uma parcela desse grupo vive em situação de desigualdade no que tange ao acesso à educação, informação e conhecimento. Os negros e pardos apresentam maior taxa de analfabetismo, piores índices de violência e compreendem a maior população que vive abaixo das linhas de pobreza e que possui menos acesso à informação e conhecimento.

Além disso, os negros e pardos, no que tange a questões financeiras, ganham menos que os brancos no país, e se inserem em maiores níveis de vulnerabilidade, econômica, social e cultural³. Esses aspectos refletem tanto no campo do cuidado com a saúde como da educação e qualidade de vida, já que grande parte desse grupo reside em áreas maior vulnerabilidade, vivendo com problemas de falta de saneamento básico, educação, saúde e segurança pública, o que possibilita maiores formas de ocorrência de subjugação e de dominação desses grupos.

Nesse viés, faz-se necessário contextualizar questões vivenciadas pelas comunidades durante a pandemia de covid-19, no que tange ao acesso à informação e conhecimento, a partir da compreensão da leitura de Foucault (2008), onde afirma que informação é poder, pois o acesso à informação e o conhecimento obtidos através da educação formal são entendidos como movimentos de ruptura e contribuem para emancipação social, uma vez que legitimam o conhecimento dentro de uma sociedade. No entanto, durante a pandemia, o

³ Dados obtidos através do Informativo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 03/05/2023.

processo de ensino e aprendizagem, pautado pela mediação tecnológica, pode ter comprometido os sujeitos oriundos das classes populares, gerando reflexos negativos e significativos para a sociedade.

Em um momento social onde a tecnologia amplia e ao mesmo tempo limita o acesso à informação e ao conhecimento, é importante refletir sobre a dominação que pode ocorrer através das narrativas que transitam por meio da mediação tecnológica onde, muitas vezes, a informação é repassada sem respaldo científico ou verificação da fonte de informação, vide o fenômeno das *fake news*.

Uma vez que o discurso é uma forma de dominação e manutenção do poder, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2019, p. 10). Nesse sentido, os discursos são produzidos mediante a informação e legitimam o poder de determinados grupos, instituições ou pessoas dentro de uma sociedade. Dentro dessa perspectiva, é pertinente refletir sobre os possíveis impactos que os grupos que vivem em situação de vulnerabilidade social podem ter sofrido com o acesso precário à educação formal durante o isolamento social necessário no período pandêmico.

A partir das reflexões acima, o presente artigo parte da hipótese de que esses sujeitos se encontram em situação de vulnerabilidade social e que, com a pandemia, foram impactados em diversos setores. No entanto, é na educação formal que possivelmente os impactos são mais graves, uma vez que o processo educacional é entendido como instrumento que viabiliza o acesso, uso e apropriação da informação. O objetivo é refletir sobre os impactos deixados pela pandemia no acesso à educação formal, compreendendo que as instituições de ensino contribuem para construção de sujeitos críticos que, em posse do acesso a informação e conhecimento, podem provocar movimentos de ruptura das relações de poder previamente estabelecidas e exercidas entre ricos e pobres.

A pesquisa está respaldada por uma perspectiva metodológico-bibliográfica e de caráter exploratório, uma vez que utiliza dados disponíveis em fontes jornalísticas e documentais sobre os reflexos da pandemia de covid-19 no acesso à educação formal. Tem caráter crítico, visto que busca realizar uma reflexão sobre a correlação entre o impacto da pandemia na educação formal com as classes sociais que vivem em situação de desigualdade social, partindo da premissa de que este grupo possivelmente foi o mais afetado com o isolamento social e com a falta de acesso às tecnologias.

2 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE

A educação deve ser pensada como um processo que ocorre de modo amplo e em constante construção ao longo da vida, ocorrendo em diferentes espaços e meios. Portanto, os saberes produzidos pelas comunidades são importantes na elaboração dos sujeitos sociais e devem ser valorizados dentro de seus ambientes. Contudo, é através da educação formal que os sujeitos garantem o reconhecimento do saber. Compactuando com o pensamento freiriano, acredita-se na educação como um processo de mudança social:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem porque é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito de sua própria educação, não pode ser objeto dela (FREIRE, 1983, p. 28).

Deve-se compreender a busca do sujeito por sua própria educação como um processo contínuo e diário, que ocorre ao longo da vida do ser social. Ninguém nasce sabendo ou educado. A educação é construída a partir de valores sociais, culturais e familiares, da educação para si e para o mundo. Portanto, a educação é entendida como algo eminentemente social, uma vez que em toda sociedade, há tantas educações específicas quanto os meios sociais diferentes. Freire (1983) entende que o princípio básico do significado da educação é consolidado a partir das reflexões do sujeito sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre suas ações para a sociedade. A busca constante dos sujeitos por conhecimento de si e do contexto social no qual estão inseridos faz com que a educação exista, posto que são seres em construção e evolutivos dentro do contexto social.

De acordo com Bourdieu (2013), a educação formal é validada através do diploma e de certificados, e pode ser compreendida como complemento da educação familiar. O meio social no qual o sujeito está inserido interfere na legitimação da educação, uma vez que vivemos realidades sociais construídas a partir da desigualdade. Romper com a barreira social historicamente existente torna-se um desafio.

É possível identificar, no pensamento freiriano, a educação formal como instrumento que possibilita o desenvolvimento crítico e a emancipação social dos grupos oprimidos socialmente. Quando a educação é transformadora, os sujeitos que vivem em desvantagem social têm a oportunidade de mudança na posição de opressão ou de alienação, mudando o

modo como enxergam o mundo de modo a não o verem superficialmente, tornando-se sujeitos críticos, uma vez que agora ampliam-se as possibilidades de acesso à informação, conhecimento e cultura. A educação garante meios para que os sujeitos modifiquem a realidade vivida (FREIRE, 1975).

Assim, destaca-se a importância das instituições de ensino para ampliação do acesso, do uso e da apropriação da informação e do conhecimento. São essas instituições que validam a educação formal mediante a certificação e diplomas. Assim, para os sujeitos que vivem em situação de desvantagem social, através da educação formal é possível almejar uma mudança social, pois funciona como um meio de legitimação do conhecimento adquirido. Já o acesso ao ensino superior é uma forma de diminuir a desigualdade social.

Bourdieu (2011, p. 17) defende que o gosto pela educação está diretamente ligado ao nível de cultura, que funciona no sentido do “estado do que é culto e a cultura como ação de tornar culto”, em que o tornar-se culto pode ser alcançado por meio do capital escolar. No entanto, a desigualdade é um dos fatores que “determinam a eliminação contínua” dos sujeitos menos favorecidos, pois o acesso à escola e à educação de qualidade são alguns dos impeditivos para alcançar o capital escolar (BOURDIEU, 2015, p. 45-46).

Por essa perspectiva, as ações do privilégio cultural, na maioria das vezes, só são percebidas de maneiras mais grosseiras, tais como:

Recomendações ou relações. Ajuda no trabalho escolar ou ensino suplementar, informação sobre o sistema de ensino e as perspectivas profissionais. Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizado, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar (BOURDIEU, 2015, p. 46).

Com base nestas afirmações, podemos compreender que o nível cultural familiar e o meio social onde os sujeitos estão inseridos são determinantes para a formação do indivíduo enquanto sujeito social e contribuem para determinar a relação desses sujeitos com o processo de ensino e aprendizado da educação formal, uma vez que educação é construída e reconstruída pelas relações sociais, familiares e escola.

A implementação de políticas públicas ou de ações afirmativas visando buscar meios de acesso a uma educação formal mais igualitária para toda a população é um caminho para

promover oportunidades e também reconhecimento social, mediante a obtenção de certificados e diplomas que validem o conhecimento das pessoas na sociedade.

Considerando que o modelo educacional adotado pelas instituições de ensino e aprendizagem no Brasil, durante muitos séculos, não foi pensado de forma inclusiva, as classes sociais menos favorecidas começaram a promover formas de ruptura dessa estrutura educacional em busca de uma educação formal mais inclusiva. Como exemplo, os cursos pré-vestibulares comunitários ou por meio da luta política em prol das ações afirmativas anteriormente citadas, que possibilitam a inserção dos sujeitos em espaços educação formal de qualidade.

3 REFLEXO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO FORMAL: AMPLIANDO A DESIGUALDADE

A sociedade é marcada por constantes transformações na forma de se informar e de se comunicar. Diante dos avanços tecnológicos, é possível perceber mudanças nas dimensões socioculturais e nos aspectos políticos, institucionais e econômicos que refletem na construção do que denominamos *sociedade da informação*. Nesse contexto social, a informação é compreendida como recurso relevante nos processos de construção social, onde “o conhecimento pode ser compartilhado por todos” (MONTEIRO; ALMEIDA JUNIOR, 2021). Nesse sentido, as instituições de ensino são espaços de compartilhamento da informação e do conhecimento.

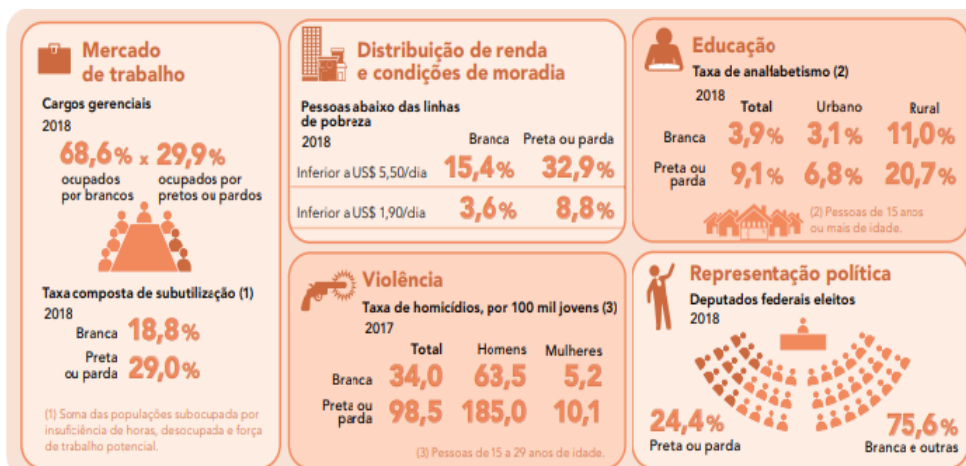
O fenômeno da Sociedade da Informação foi abordado com profundidade por Castells (2002). O autor destaca que os acontecimentos ocorridos do final do século XX, em torno das mudanças tecnológicas voltadas para as tecnologias da informação, podem ser caracterizados como uma revolução e modificaram a base estrutural da sociedade.

Com a necessidade do isolamento social em virtude da pandemia de covid-19, as instituições de ensino, seu corpo docente e discente, tiveram que se adaptar aos desafios impostos por essa nova realidade. Para evitar perdas do ensino, as escolas ofertaram para seus discentes aulas *on-line*, de forma emergencial. A tecnologia e o ensino a distância foram aliados na tentativa de dar continuidade ao ano letivo. No entanto, enfrentaram e ainda enfrentam barreiras importantes, tais como a desigualdade entre os grupos sociais quanto ao acesso à internet.

Nesse cenário emergencial provocado pela crise sanitária, as escolas não tiveram tempo de analisar o perfil, as condições e a realidade dos estudantes. Também não puderam verificar se teriam meios de estudo através desse novo modelo. Acredita-se que os alunos de escolas públicas, que já se encontram em situação de vulnerabilidade, sentiram ainda mais o impacto dessa mudança.

Os dados estatísticos apresentados pelo estudo *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* do IBGE (2019) mostram que as oportunidades não são igualitárias, tendo profundas desigualdades no acesso à educação, mercado de trabalho e distribuição de renda, além das condições de moradia, proteção contra a violência e representação política entre ricos e pobres, que são claramente classificados nesses espaços pelo aspecto da cor/raça. A realidade social tem mostrado que as relações sociais são mantidas através de exclusão ou inclusão precária, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Distribuição da população em diferentes setores da sociedade



Fonte: IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, 2019.

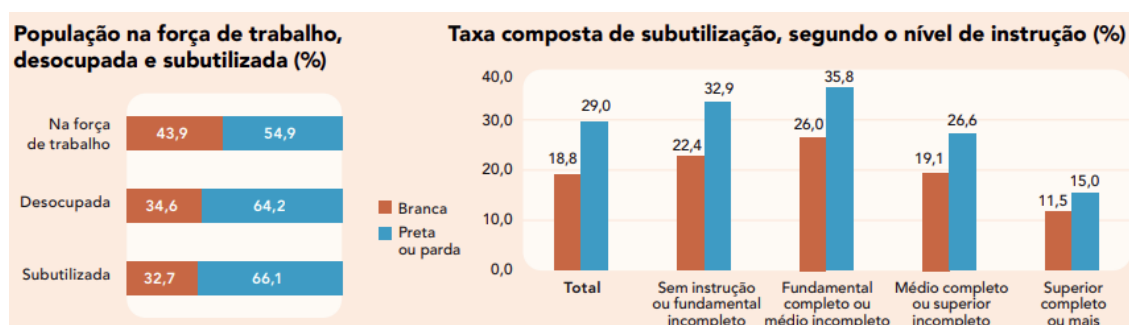
A figura apresentada acima traz dados importantes sobre a situação de desigualdade vivida pela população preta ou parda. A representatividade da população negra e parda no mercado de trabalho em cargos gerenciais é de apenas 29,9%. A taxa de homicídio da população negra e parda por 100 mil jovens, entre 15 a 29 anos, apresenta números assustadores: um total de 98,5, onde os homens são os que mais sofrem com a violência. No que tange à educação, o quadro mostra que taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é maior entre os negros e pardos quando comparada com a população branca. Na

área rural do país, o analfabetismo chega a 20,7% e, na região urbana, é de 6,8% entre os negros e pardos.

Os dados apresentados reforçam que a desigualdade social interfere no processo educacional, o que não permite ou diminui as chances de que sujeitos alfabetizados e apropriados de senso crítico se percebam no mundo e contribuam para provocar movimentos de ruptura social, posto que “O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação” (FREIRE, 1983b, p. 76).

De acordo com a Figura 2, podemos ver que a população preta e parda encontra-se em maioria na força de trabalho (54,9%) e subutilizada (66,1%). Na taxa composta de subutilização em nível de instrução, em todas as etapas educacionais, os negros e pardos estão em maioria no que se refere ao ensino incompleto.

Figura 2 – População na força de trabalho, desocupada e subutilizada e taxa de subutilização, segundo nível de instrução



Fonte: IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, 2019.

Portanto, a educação formal viabiliza a erradicação dos efeitos da pobreza e da desigualdade na sociedade, de modo a fortalecer as pessoas através do conhecimento, criando um movimento de ruptura do modelo social estabelecido, em direção de uma melhoria de qualidade de vida e mudança social.

De acordo com os dados do IBGE divulgado pelo G1, pela primeira vez na história, as universidades públicas tiveram mais discentes de cor parda/negros em seus espaços: 50,3%⁴.

⁴ Dados divulgados em 13/11/2019 pelo G1, disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>.

Contudo, a crescente mudança do perfil dos estudantes das universidades públicas pode ter sofrido efeitos devido à pandemia de covid-19.

Em decorrência, as dificuldades que possivelmente os estudantes oriundos das classes populares já enfrentam – tais como acesso precário a uma internet de qualidade e espaço adequado para dedicação ao estudo, somados também à realidade vivida por estudantes que são pais, mães ou cuidadores que precisaram dividir o tempo entre o trabalho formal e o trabalho doméstico – são aprofundadas dado o cenário imposto pelo contexto de pandemia.

No ano de 2020, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o principal instrumento de acesso ao ensino superior no Brasil, registrou um número de faltantes no segundo dia de prova de 55,3%. Em 2021, foi registrado o menor número de inscritos no exame desde 2005, menos 3.109.762 inscrições confirmadas. Este dado explicita duas questões: a evasão escolar diante do modelo do ensino remoto emergencial e/ou a não confiança dos estudantes em relação ao conteúdo aprendido para realização do exame (TOKARNIA, 2021).

O isolamento social representa a ampliação da desigualdade, uma vez que as condições de moradia e espaços nas residências sejam um complicador para o desenvolvimento dos estudos por alunos em cenário de vulnerabilidade. Cabe destacar que, uma vez que o ensino e a educação formal passam a ser mediados pela tecnologia, a ausência dos recursos tecnológicos contribui como um complicador para que esses sujeitos pudessem ter acesso ao ensino formal. Logo, como seria possível dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem nesse período de pandemia?

Os afetados não pertencem apenas ao ensino superior; a pandemia impactou também a educação infantil. Segundo pesquisa divulgada pela CNN Brasil, realizada pelo Datafolha no estado de São Paulo com mais de 21 mil alunos, é possível identificar os atrasos causados pela pandemia no aprendizado escolar, principalmente em língua portuguesa e matemática (NEGRINI, 2021). Já os dados divulgados pela pesquisa Datafolha/C6 Bank (2021)⁵ apontaram que os estudantes de classes sociais mais baixas, classes D e E⁶, tiveram um percentual muito

⁵ A pesquisa encomendada pelo C6 Bank ao Datafolha mostra que a taxa de abandono na educação formal chegou a 8,4%, onde os problemas financeiros e a suspensão das aulas são apontados como principais motivos. A pesquisa completa está disponível em: <https://www.c6bank.com.br/blog/c6-bank-datafolha-4-milhoes-de-estudantes-abandonaram-a-escola-durante-a-pandemia>. Acesso em: 12/06/2023.

⁶ Segundo IBGE, as classes sociais são divididas em cinco categorias, onde se considera a renda familiar mensal. As classes sociais podem ser entendidas a partir das rendas a seguir: Classe A (quem ganha mais de 20 salários mínimos); Classe B (de 10 a 20 salários mínimos); Classe C (de 4 a 10 salários mínimos); Classe D (de 2 a 4 salários mínimos); e Classe E (quem recebe até 2 salários mínimos).

elevado de abandono do ensino quando comparados aos estudantes das classes A e B, 10,6% e 6,9% respectivamente. Tais dados confirmam o cenário de desigualdade de acesso às tecnologias ou desigualdade digital existente no Brasil, visto que, ainda que se tenha acesso, esse é limitado diante da demanda criada durante a pandemia.

Os dados da pesquisa realizada pela Datafolha/C6 Bank (2021), além da perda da qualidade no ensino, demonstram que o abandono por estudantes nas instituições de ensino superior em consequência da covid-19 foi bem alto, chegando a aproximadamente quatro milhões. Os dados apontam que a falta de recursos tecnológicos para o acesso às aulas remotas, bem como as questões financeiras, são alguns dos motivos de abandono, especialmente entre os mais pobres. Logo, o processo que vinha sendo construído no país, o de elevar o número de pessoas que tenham concluído a educação formal, possivelmente sofrerá retrocessos. O estudo prevê ainda que os prejuízos no ensino podem demorar até 11 anos para serem revertidos.

Nessa perspectiva, é preciso pensar nas condições de moradia, bem como na exigência da disponibilidade estrutura e de recursos tecnológicos (computador, *notebook*, *tablet*, acesso à internet), além de local propício para estudo e concentração de estudantes oriundos das classes populares. Pode-se aferir que estes grupos foram os mais afetados na qualidade do aprendizado durante o isolamento e, mais uma vez, a pandemia impulsionou a desigualdade social.

Nesse cenário, as classes populares, definidas pelo pensamento freiriano como detentoras de um saber social, que não é valorizado no campo científico, buscam na educação formal um meio de emancipação social, mas esbarram em barreiras relacionadas a recursos de infraestrutura tecnológica e financeiros, que são agravados em tempos de crise sanitária, como foi o caso da covid-19 e que aprofundam as relações desiguais e de opressão.

Como forma de minimizar ou tentar evitar os efeitos nocivos da pandemia na educação, o Ministério da Educação (MEC) institucionalizou o Ensino Remoto Emergencial (ERE)⁷. A tecnologia e o ensino a distância foram aliados na tentativa de dar continuidade ao ano letivo. No entanto, a iniciativa enfrentou barreiras, como as já mencionadas no presente texto. Dessa forma, as questões que perpassam o acesso às tecnologias da informação

⁷ De acordo com a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, foi oficializada a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a pandemia.

durante a pandemia remetem à noção de *infoexclusão*, conforme analisada por Castell (2007) e que pode ter sido intensificada neste período⁸.

O crescente avanço da internet, somado à desigualdade social histórica e à pandemia de covid-19 – que demandou o uso de ferramentas tecnológicas para que os serviços não parassem –, provavelmente fez com que as classes populares fossem as mais atingidas pela *infoexclusão*. Assim, é possível observar o impacto do uso das tecnologias como mediadoras da informação e do conhecimento e como instrumentos importantes que contribuíram para que o processo de ensino e aprendizado não fosse interrompido durante a crise sanitária. No entanto, tal mediação também é afetada, visto que Assunção-Luiz *et. al* (2021, p. 6) ressaltam que, no contexto das universidades públicas, “a falta de acesso à internet comprometeu a presença de estudantes nas aulas *online* por videoconferência, e sua apropriação dos materiais de estudo disponíveis nas plataformas digitais”. Dessa forma, o uso das tecnologias impediu, ou não permitiu, que a informação e o conhecimento se tornassem instrumentos de emancipação social em sua plenitude.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação libertadora proposta por Freire se dá através do conhecimento legitimado, mediante certificados, diplomas e títulos, provocando um movimento de ruptura do sistema de poder e saber. Assim, o sujeito tem acesso, faz uso e se apropria da informação e do conhecimento, construindo seu capital educacional, cultural e social (BOURDIEU, 2011).

Portanto, ao consideramos a máxima de que “informação é poder”, a falta de acesso à informação faz com que a população mais vulnerável se torne objeto nas mãos dos governantes, onde os interesses e necessidades das classes populares sejam oprimidos. Logo, informação e conhecimento podem ser entendidos como instrumentos de dominação e controle, uma vez que são materializados através da pronúncia ou da escrita, e o conhecimento individual é validado pelas instituições através do ensino formal.

Assim, as classes populares são mais uma vez afetadas com o processo de exclusão ou de inclusão precária diante do modelo de Ensino Remoto Emergencial adotado durante a

⁸ O termo *infoexclusão* é tratado por Castell (2007) como resultado de “uma nova tecno-exclusão”. Pode ser descrito como uma exclusão informacional que ocorre em detrimento do não acesso aos recursos tecnológicos. Tal fenômeno colabora com a ampliação da desigualdade digital.

pandemia de covid-19 que, com o uso dos recursos tecnológicos para o acesso ao ensino formal, ampliou a desigualdade.

Diante do exposto, é possível observar que as relações sociais estabelecidas pela história de ocupação do território brasileiro foram pautadas pelo princípio da exclusão e da desigualdade social. A escravidão trouxe reflexos que perduram na construção social até os dias de hoje, onde as relações de poder dos mais ricos sobre os mais vulneráveis são exercidas e validadas diariamente.

Compreendendo que a informação e conhecimento são objeto de estudo da Ciência da Informação, olhar para as questões referentes ao impacto do acesso à educação formal durante a pandemia pelo prisma da desigualdade social torna-se um ponto relevante de estudo. A partir dos dados analisados, pode-se aferir que a pandemia afetou a classe popular no que tange ao acesso à educação formal, à informação e ao conhecimento. Esses fatores impactam na instrumentação e na formação dos atores sociais, uma vez que a informação e conhecimento são meios importantes do processo da construção cultural e social desses sujeitos na sociedade, e a ausência desses meios contribui para que se amplie a desigualdade e auxilia na manutenção das relações de poderes estabelecidas pela sociedade.

Os danos causados pela pandemia para a educação podem levar anos para serem minimizados ou erradicados em todas as classes sociais; no entanto, as classes populares são de longe as mais impactadas pela pandemia. Nesse sentido, torna-se necessário ponderar que o uso dos recursos tecnológicos como ferramentas de mediação do ensino e aprendizado durante o período de isolamento social, ainda que aliados nesse processo, mantiveram o modelo de exclusão, visto que nem todos têm acesso ou, quando têm, esse ainda pode ser precário, sustentando o modelo social dominador x dominado, visto que as classes populares foram as mais impactadas.

Logo, é preciso pensar mecanismos que propiciem a educação formal de qualidade e inclusiva para que os impactos deixados pela pandemia sejam revertidos e o projeto de educação pensado por Freire para combater a desigualdade social por meio de uma educação que emancipa seja de fato seguido. Pensar em tal modelo de educação é considerar a divisão desigual de classes em um país onde os recursos informacionais e educacionais também são socialmente distribuídos de forma desigual, pois, do contrário, a pandemia de covid-19 não teria causado tantos impactos negativos no processo de ensino e aprendizagem, e,

consequentemente, no processo de emancipação informacional das pessoas inseridas em grupos sociais vulneráveis.

Por fim, refletir sobre os impactados nos cenários informacionais diante do contexto pandêmico no que tange ao acesso, ao uso e à apropriação da informação e do conhecimento é um elemento que diz respeito a questões que envolvem Ciência da Informação e, na sua relação de forma interdisciplinar, com a Educação.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO-LUIZ, Alan Vinicius; *et al.* Impacto da COVID-19 em alunos de pós-graduação. *In: Olhares & Trilhas*, Uberlândia, v.23, n. 2, abril/jun. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- C6 BANK; DATAFOLHA. **4 milhões de estudantes abandonaram a escola durante a pandemia**. 22/01/2021. Disponível em: <https://www.c6bank.com.br/blog/c6-bank-datafolha-4-milhoes-de-estudantes-abandonaram-a-escola-durante-a-pandemia>. Acesso em: 23/04/2023.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.
- MONTEIRO, C. A. B.; ALMEIRA JÚNIOR, O. F. A ilusão de uma sociedade da informação na Ciência da Informação: o termo sob a perspectiva crítica de Mattelart, Bauman e Canclini.

Em Questão, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 294-322, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245272.294-322. Acesso em: 12 jun. 2023.

NEGRINI, Alisson. **Pesquisa revela defasagem no ensino em São Paulo durante a pandemia**: levantamento foi divulgado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; áreas mais afetadas foram matemática e português. São Paulo: CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-revela-defasagem-no-ensino-em-sao-paulo-durante-a-pandemia/>. Acesso em 28/04/2023.

TOKARNIA, Mariana. **Segundo dia de Enem tem abstenção de 55,3%**: candidatos resolveram questões de matemática e ciências da natureza. Agencia Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/segundo-dia-de-enem-tem-abstencao-de-55%2C3#:~:text=O%20segundo%20dia%20de%20aplica%C3%A7%C3%A3o,compareceu%20a os%20locais%20de%20prova>. Acesso em 27/04/2023.